

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL  
2º-Secretário: deputado Vítório Júnior – PP  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

### 1 – CONCURSO PÚBLICO

### 2 – LEIS

### 3 – ATA

3.1 – 14ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear a Associação Profissionalizante do Menor – Assprom – pelos 50 anos de sua fundação e a entregar o título de Cidadão Honorário do Estado a Carlos Augusto de Araújo Cateb, ex-presidente dessa associação

### 4 – ORDENS DO DIA

4.1 – Plenário

4.2 – Comissões

### 5 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

5.1 – Comissões

### 6 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 8 – ASSEMBLEIA CULTURAL



## CONCURSO PÚBLICO

### PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE

#### EDITAL Nº 1/2022

**Código 204 – Analista de Sistemas – Área de Seleção I – Desenvolvimento de Sistemas**

**Código 206 – Arquiteto**

**Código 207 – Arquivista**

**Código 209 – Bibliotecário**

**Código 222 – Engenheiro de Telecomunicações**

**Código 223 – Engenheiro Eletricista**

**Código 224 – Engenheiro Mecânico**

**Código 225 – Jornalista – Área de Seleção I – Assessoria de Imprensa e Produção de Multimídia**

**Código 232 – Relações Públicas**

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de acordo com o disposto no inciso III do *caput* do art. 37 da Constituição da República, no § 2º do art. 21 da Constituição do Estado e no art. 5º da Resolução nº 5.195, de 4/7/2000, decidiu, em sua reunião de 25/5/2026, prorrogar, por dois anos a contar de 4/6/2026, o prazo de validade do concurso público para o cargo de Analista Legislativo, nas especialidades de Analista de Sistemas – Área de Seleção I – Desenvolvimento de Sistemas – Código 204; Arquiteto – Código 206; Arquivista – Código 207; Bibliotecário – Código 209; Engenheiro de Telecomunicações – Código 222;

Engenheiro Eletricista – Código 223; Engenheiro Mecânico – Código 224; Jornalista – Área de Seleção I – Assessoria de Imprensa e Produção de Multimídia – Código 225; e Relações Públicas – Código 232, realizado nos termos do Edital nº 1/2022 e homologado em 4/6/2024.

**LEIS****LEI Nº 25.888, DE 25 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Ecos, com sede no Município de Diamantina.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva Ecos, com sede no Município de Diamantina.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 25 de maio de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

**LEI Nº 25.889, DE 25 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Monte Olimpo de Jiu Jitsu, com sede no Município de Poço Fundo.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Monte Olimpo de Jiu Jitsu, com sede no Município de Poço Fundo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 25 de maio de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

**LEI Nº 25.890, DE 25 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Amazonense, com sede no Município de Betim.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Esportiva Amazonense, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 25 de maio de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

**ATA**

## **ATA DA 14ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/5/2026**

### **Presidência do Deputado Ricardo Campos**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Cristiano Silveira – Entrega de Placa – Entrega de Título – Palavras do Sr. Carlos Augusto de Araújo Cateb – Palavras do Sr. José Edgard Penna Amorim Pereira – Palavras do Presidente – Encerramento.

#### **Comparecimento**

– Comparecem a deputada e os deputados:

Ana Paula Siqueira – Cristiano Silveira – Ricardo Campos.

#### **Abertura**

O presidente (deputado Ricardo Campos) – Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

#### **Atas**

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das quatro reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

#### **Destinação da Reunião**

A locutora – Destina-se esta reunião a comemorar os 50 anos da Associação Profissionalizante do Menor – Assprom – e entregar ao Sr. Carlos Augusto de Araújo Cateb, ex-presidente dessa associação, o título de Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento do deputado Cristiano Silveira, por meio dos termos do art. 62 da Constituição do Estado.

#### **Composição da Mesa**

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. José Edgard Penna Amorim Pereira, presidente da Assprom; Carlos Augusto de Araújo Cateb, atual diretor financeiro e ex-presidente da Assprom; desembargador Alberto Vilas Boas, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior; e Gilberto Pinto Monteiro Diniz, conselheiro corregedor do Tribunal de Contas do Estado; a Exma. Sra. Giza Magalhães Gaudereto, defensora pública, representando a defensora pública-geral do Estado, Caroline Loureiro Goulart Teixeira; os Exmos. Srs. Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, delegado-geral de polícia, representando a Polícia Civil de Minas Gerais; e Flávio Freire de Oliveira, procurador-geral do Município de Belo Horizonte, representando o prefeito Álvaro Damião; a Exma. Sra. Isabella Gonçalves Felício, adolescente

trabalhadora da ALMG e destaque estudantil da Assprom, representando os adolescentes trabalhadores da Assprom; e o Exmo. Sr. Deputado Cristiano Silveira, autor do requerimento que deu origem a estas homenagens.

### **Registro de Presença**

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar a presença do ex-deputado André Quintão; do ex-deputado Carlos Gomes; do vereador Pedro Patrus, de Belo Horizonte; do ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Geraldo Augusto; da desembargadora Márcia Milanez; do ex-deputado federal Mário Assad; da diretora-geral do Ministério Público de Minas Gerais, Ana Paula Gurgel, representando o procurador-geral de justiça do Estado, Paulo de Tarso Morais Filho; do ex-vereador Arnaldo Godoy; de Adriano da Silva Ribeiro, ex-Assprom, representando o reitor da Universidade Fumec; e de Crislem Martins, diretor da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte.

Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

### **Execução do Hino Nacional**

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo grupo de câmara da Orquestra Jovem e Coral Infantojuvenil do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Exibição de Vídeo**

A locutora – Assistiremos a um vídeo sobre os 50 anos da Assprom.

– Procede-se à exibição do vídeo.

A locutora – Com a palavra, para o seu pronunciamento, o deputado Cristiano Silveira, autor do requerimento que solicitou a concessão do título ao homenageado e do requerimento que deu origem à homenagem aos 50 anos da Assprom.

### **Palavras do Deputado Cristiano Silveira**

Bom dia, gente. Bom dia a todas e a todos, especialmente aos jovens que estão aqui. Na verdade, esta homenagem pelos 50 anos da Assprom se dá em decorrência da existência dos nossos jovens – não é, Mário? –, que são a causa e a razão da existência da nossa Assprom.

Cumprimento a orquestra que está fazendo a apresentação. Obrigado pela presença. Cumprimento o deputado Ricardo Campos, que está representando o presidente Tadeu nesta nossa homenagem. O presidente Tadeu me ligou ontem e falou: “Cristiano, amanhã não vou poder estar presente na reunião, em razão de outro compromisso que já havia agendado, mas o Ricardo vai estar lá para presidir, o que você acha?”. Falei: “Melhor escolha não poderia haver”. Isso porque, no momento em que a gente homenageia os 50 anos da Assprom, numa reunião presidida por um ex-jovem da Assprom – não sei se vocês sabiam disso – é muito simbólico para nós. Então, na verdade, esta reunião está sendo homenageada pelo deputado Ricardo, que hoje, como ex-jovem da Assprom, está coordenando nossos trabalhos. Obrigado, Ricardo. Quero cumprimentar José Edgard Penna Amorim Pereira, atual presidente da Assprom, que cumpre a tarefa de dar continuidade a esse trabalho maravilhoso, desde a fundação da Assprom, com Mário Assad. O seu saudoso pai nos deu esse grande presente, que é esse grande projeto social. Cumprimento o ex-presidente e atual diretor financeiro da Assprom, Dr. Carlos Augusto de Araújo Cateb. Além de tudo o que é, ele é nosso conterrâneo, gente, porque agora é cidadão de Minas Gerais, uma vez que aprovamos, na Assembleia, o Título de Cidadão Honorário Mineiro para o Dr. Cateb. Então ele é nosso conterrâneo. Já era, porque o coração dele é do tamanho do Estado de Minas Gerais, mas agora o é oficialmente. Cumprimento também o desembargador Alberto Villas Boas, que representa o nosso Tribunal de Justiça, instituição muito importante do nosso estado, parceiro do Poder Legislativo. Obrigado pela presença. Cumprimento ainda o conselheiro corregedor do Tribunal de Contas

do Estado, Gilberto Pinto Monteiro – o Tribunal de Contas é uma instituição importante no controle e na fiscalização dos nossos órgãos públicos; a Exma. Sra. Giza Magalhães Gaudereto, defensora pública – a Defensoria Pública é outra instituição pela qual tenho grande respeito e admiração desde o meu tempo de presidente da Comissão de Direitos Humanos. A Defensoria Pública salvou a gente muitas vezes aqui, doutor – e ainda salva. Obrigado pela presença. Cumprimento o Dr. Flávio Freire de Oliveira, procurador-geral do Município de Belo Horizonte, que representa o prefeito Álvaro Damião. Muito obrigado pela presença. Leve o nosso abraço ao prefeito. Cumprimento o Dr. Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, delegado-geral de polícia, representando a nossa Polícia Civil; a Isabella Gonçalves Felício, adolescente trabalhadora da nossa Assembleia, representando os adolescentes da Assprom, talvez a pessoa mais importante na nossa Mesa.

Pedi ao pessoal da equipe para preparar um discurso, mas acho que vou contar um caso, deputada Ana Paula, nosso ex-deputado André, que no ano que vem estará de volta com a gente – estamos esperando-o –, e nosso ex-deputado Carlos Gomes. Faço essa referência aos colegas da Casa. Cito Carlão Pereira, o grande Carlão; Oswaldo Montenegro – brincadeira, Arnaldo Godoy, sei que você não gosta de ser chamado de Oswaldo Montenegro; e Pedro, que também está com a gente. Olha, eu queria contar para vocês por que a gente teve a iniciativa de fazer esta homenagem à Assprom. Esta homenagem é por tudo o que a Assprom representa, pela transformação que ela causa na vida de milhares de centenas de jovens no nosso estado inteiro; que é a transformação não só na vida do jovem, mas também a transformação na vida de suas famílias; que é o pertencimento, que é o acolhimento; que é a oportunidade dessa primeira experiência do trabalho. Muitas vezes, a fala é a seguinte: “Você tem experiência? Não, não tenho. Então não dá para empregá-lo agora, porque tem que ter experiência”. Nesse sentido, a Assprom ajuda a responder e resolver muito, não só no sentido da indicação para o trabalho, mas também por causa de todo o trabalho que ela desenvolve, na própria instituição, com os jovens. Eu tive a oportunidade de conhecer e visitar, e nós vimos, de perto, o trabalho que é feito ali.

Quando eu falo da Assprom e dos jovens da Asprom, eu falo também um pouco da minha trajetória, que é muito parecida com a do deputado Ricardo. Eu sou lá de São João del-Rei – não sei se vocês conhecem essa cidade –, que faz parte do Campo das Vertentes. A minha primeira experiência de trabalho mais formal, porque eu já havia tido a experiência de trabalhar vendendo picolé, lavando carro, trabalhando em feira – eu já trabalhava para levar um dinheiro para casa –, foi através de uma instituição parecida com a Assprom, só que o nome dela, em São João do Rio, André, é Associação Sanjoanense de Assistência ao Menor – Asam –, fruto de um projeto coordenado pelo Pe. Marreco em São João del-Rei. Eu me lembro de que a minha primeira experiência foi na Santa Casa de São João del-Rei. Eu ajudava na farmácia; eu ficava ali ajudando na farmácia, buscando um soro, descarregando um medicamento, ajudando os auxiliares de farmácia, que, hoje, chamamos “técnico de farmácia”. Mas, quando você completa 18 anos, você não é mais um menor aprendiz e, normalmente, você perde aquele vínculo.

A santa casa ia abrir um estacionamento tanto para os funcionários quanto para o público – igual ao estacionamento rotativo –, e, como eu era muito trabalhador, eles me deram uma oportunidade. Fiz 18 anos, e eles me contrataram para ficar na guarita do estacionamento. E olhe como foi importante! Como menor aprendiz, fiquei dos 16 até os 18 anos e, quando completei 18, a santa casa me contratou. Depois, quando surgiu a oportunidade na farmácia, a turma da farmácia já me conhecia e sabia que eu conhecia um pouquinho do serviço, pediram que eu fosse deslocado da guarita para ficar como auxiliar de farmácia na santa casa. Depois eu comecei a cobrir férias. A cada 30 dias, eu estava em um setor: raios X, tomografia, portaria, recepção e telefonia. Eu ia para tudo quanto é lugar. Só fui sair de lá quando eleito vereador em 2000. E eu também havia passado no vestibular da faculdade e queria estudar e me dedicar ao mandato. Então, em 2000, pedi para sair depois de ter permanecido seis anos na santa casa de São João del-Rei.

Quando eu vejo os meninos da Assprom na Assembleia, eu me lembro de mim mesmo, porque até a cor da camisa era igual; a nossa camisa era azul também; até isso era parecido. Lembro-me dessa minha trajetória. Quando contamos isso, especialmente para os jovens, é para vocês verem que os nossos sonhos não têm limite. Ou seja, nem o céu é o limite para o sonho.

Nós seremos do tamanho dos nossos sonhos. A primeira coisa que vocês não devem nunca admitir é alguém falar para você, jovem, às vezes, um jovem mais pobre: “É impossível; é bobagem”. Nunca permitam que alguém diga que é algo impossível para vocês, porque não é. Se fosse impossível, o Ricardo não seria deputado e não estaria aqui hoje, e eu também não estaria aqui hoje. Isso foi porque nós não acreditamos que era impossível.

Parece que o poeta Shakespeare, em Goethe, tem uma passagem que isto: “Não sabendo que era impossível, eles foram lá e fizeram”. E é isso que vocês vão fazer! Vocês serão o que quiserem ser na vida e na história de vocês. E sempre trazendo, na memória e na lembrança, o lugar de onde a gente veio, porque a gente não pode esquecer o lugar de onde veio. Às vezes, ascendemos e conseguimos ter grande sucesso, mas nos esquecemos das nossas origens. Eu nunca me esqueço da Asam; nunca me esqueço da portaria da santa casa; nunca me esqueço da minha história e da minha trajetória. Quando não perdemos as nossas referências, não perdemos a nossa humanidade, a nossa empatia e o cuidado com o outro.

Eu sei que o meu discurso já estava escrito, mas eu achei que era melhor fazer uma fala que dizia mais sobre o meu sentimento. Então eu quero é agradecer. Quando o Dr. Cateb, o Dr. Edgar e o Mário falaram “nós queremos, Cristiano, agradecer-lhe a homenagem e o título”, eu disse: “Não, sou eu quem agradeço; não é uma honra para vocês receberem esta homenagem; é uma honra para nós homenagearmos vocês, que construíram essa grande instituição”. Obrigado, gente. Sejamos muito felizes! Vida longa à nossa Assprom!

#### **Entrega de Placa**

A locutora – O deputado Ricardo Campos, representando o deputado Tadeu Leite, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o deputado Cristiano Silveira farão a entrega da placa alusiva aos 50 anos da Assprom. A placa contém os seguintes dizeres: “Há 15 anos, a Associação Profissionalizante do Menor – Assprom – tem sido um pilar na construção da cidadania, transformando a realidade de milhares de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Por meio de seus programas de aprendizagem e inclusão no mercado de trabalho, a entidade filantrópica promove não apenas a qualificação profissional como também a socialização desses jovens, com ênfase no comportamento ético e solidário. Em parceria com setores públicos e privados, a instituição assiste permanentemente cerca de três mil adolescentes, na capital e no interior, consolidando-se como uma referência de assistência social em nosso estado. Por seu compromisso com um futuro mais justo e digno para as novas gerações de mineiros e mineiras, a Assprom recebe esta merecida homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais”.

– Procede-se à entrega da placa.

#### **Entrega de Título**

A locutora – Neste momento, será realizada a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais a Carlos Augusto de Araújo Cateb. A placa contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado, atendendo a requerimento de autoria do deputado Cristiano Silveira promulgado pela Resolução nº 5.651, de 26 de fevereiro de 2026, concede a Carlos Augusto de Araújo Cateb o título de Cidadão Honorário do Estado pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais”.

– Procede-se à entrega do título.

#### **Palavras do Sr. Carlos Augusto de Araújo Cateb**

Obrigado. Oh, gente, o coração está batendo forte, viu? Muito forte. Com muito carinho e com muita alegria, vou receber este título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Isso sem dúvida nenhuma, Sr. Deputado Ricardo, ex-Assprom, nosso companheiro de sempre. Cristiano Silveira, muitíssimo obrigado pela indicação a este prêmio. Peço licença para homenagear, em sua pessoa, todos os membros; todas as autoridades; os estudantes e adolescentes colaboradores da Assprom; e, principalmente, a minha família. Muito

obrigado. Bom, gente, vou fazer uma observação. Fiz uma operação, há 20 dias, nos olhos e nos ouvidos. Então, às vezes, ler é um pouco difícil. Perdoem-me, porque vou dar umas pisadas fora do lugar.

Compartilho minha emoção, felicidade e honra por ser mineiro de coração e, a partir de hoje, ter o registro oficial de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Também me envaidece o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte, recebido em junho de 2016, por indicação do vereador Arnaldo Godoy, aqui presente. Minha mineirice foi iniciada na Faculdade de Direito de Minas Gerais, onde fui acolhido pelos colegas e participei ativamente da política estudantil e de outros movimentos em prol da democracia e da justiça social. Em setembro de 1973, minha felicidade, em Minas Gerais, se solidificou com meu casamento com Carmen Corrêa da Costa, minha querida esposa até hoje.

Agradeço ao deputado Cristiano Silveira, ex-adolescente na cidade de São João del-Rei, a iniciativa de propor à minha pessoa esta singular e nobre honraria. Agradeço também os votos unânimes dos ilustres parlamentares desta histórica, democrática e atuante Assembleia Legislativa. Saúdo, em memória, o deputado e secretário de Estado Dr. Mário Assad, mentor e criador da Associação Profissionalizante do Menor, que contou com o apoio do ilustre promotor de Justiça à época, Dr. Paulo Mendes Moreira, o primeiro presidente da Assprom. Saúdo também a advogada Raimunda Lourdes Medeiros, que não está presente, e todas as pessoas que iniciaram, aqui em Minas Gerais, uma nova forma juridicamente correta para cada adolescente e jovem executar um trabalho protegido de acordo com a melhor orientação profissionalizante e mediante uma remuneração honesta que lhe garanta o rendimento necessário diante de sua vulnerabilidade.

Saúdo ainda, em memória, o secretário de Estado de Educação Prof. Octávio Elísio Alves de Brito, que, no dia 5/8/1985, autorizou a Assprom, que estava sem teto, a ocupar o imóvel da Rua Minas Novas, uma escola estadual desativada. Saúdo o governador Eduardo Azeredo, que muito incentivou a contratação de adolescentes e jovens e, em 31/12/1998, assinou a lei que permitiu e autorizou o Poder Executivo a doar para a Assprom o imóvel da Rua Minas Novas. Saúdo, em memória, o governador Itamar Franco, que, além de apoio e incentivo ao crescimento e à interiorização da Assprom, em mais uma decisão de nobreza e justiça social, autorizou a assinatura, no dia 14/4/2001, da escritura pública de doação do referido imóvel para a Assprom.

Em outubro de 1983, Jafete Abrahão, João Theodoro, aqui presente, e eu ingressamos na Assprom, com muita alegria e muita honra, e nos esforçamos, a exemplo dos diretores que nos antecederam, para ampliar o número de adolescentes e atendidos e para modernizar os cursos, as metodologias pedagógicas e as atividades de formação profissional.

É importante registrar que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais iniciou esta brilhante, consciente e humanista parceria em setembro de 1976. Em outra decisão importantíssima, esta Assembleia, em julho de 2018, autorizou a venda do imóvel da Rua Minas Novas, ato que viabilizou a compra do prédio de três andares situado à Rua Guajajaras, 43, atual sede da Assprom. Registro que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais iniciou a contratação de adolescentes em fevereiro de 1977.

Assumindo a presidência da Assprom em 1º/1/2001, procuramos desenvolver novos programas de formação pessoal e profissional com as já existentes e novas parcerias de órgãos públicos e empresas privadas, seja em Belo Horizonte, seja nos municípios que participaram e participam dessa necessária e brilhante empreitada, a exemplo da Procuradoria-Geral de Justiça, da Prefeitura de Belo Horizonte e de câmaras municipais. Considerando ser a maior empresa brasileira, menciono a parceria com a Petrobras, em Betim, no período de 1990 a 2020, e na cidade de Macaé, no Rio de Janeiro, de 2018 a 2020.

Agradeço a Deus por me inspirar e me colocar no caminho do bem e da solidariedade humana, e por ajudar a realizar, com o apoio de inúmeras pessoas de consciência social, ações de política pública nas comunidades menos favorecidas, seja com a finalidade de proporcionar a inclusão de milhares de adolescentes e jovens, seja para o atendimento mais eficiente da saúde pública.

É oportuno registrar, em síntese, que a Assprom, para atender às parcerias, mantém, em média, 2.300 adolescentes e jovens e 200 colaboradores de diversas profissões. São contratados e desligados, em média, 1.900 adolescentes e, considerando a seriedade, o respeito e o aproveitamento pessoal, acontecem, no máximo, de uma a duas reclamações trabalhistas – isso é muito importante, é

muito importante. Além disso, 90% dos adolescentes e jovens concluem os cursos da Assprom e seguem estudando ou trabalhando. Isso é muito importante, é muito lindo.

Cito também adolescentes e jovens que participam do curso para o Enem oferecido pela Assprom, com média de 15% de aprovação, sendo alguns com 700 e até 800 pontos. Isso é uma maravilha, é uma maravilha. E digo mais: da quadragésima terceira Copa União de futebol masculino, 250 atletas estão participando. E mais: no torneio de futsal feminino, nós temos 80 adolescentes participando. Trata-se de uma inclusão social desportiva que cria, sem dúvida nenhuma, um elo permanente entre a Assprom e os adolescentes. É importante destacar que, nos 50 anos de funcionamento da Assprom, nunca aconteceu qualquer problema administrativo ou financeiro que tenha gerado o mínimo escândalo ou difamação da entidade ou de qualquer diretor ou diretora.

Saúdo, em memória, meus pais, Antonio e Nasira, pelas primeiras lições e exemplos de amor à família, ao próximo e ao trabalho. Saúdo minha esposa, Carmen; os filhos Marcelo e Ricardo, associados da Assprom; as netas Carmen, Valentina e Marina; o neto Caetano; e as noras Kenya e Patrícia, também associadas. Saúdo, em memória, minha filha Luciana, que faleceu em 31/3/2001, e que, no dia de minha eleição, disse: “Pai, vou ajudar você na Assprom”.

Saúdo, com muita alegria, cada adolescente e cada jovem que participou ou participa dos programas da Assprom, que incentivam e permitem a conquista de autoconfiança, promovem oportunidades de trabalho com remuneração digna para satisfazer não só as suas necessidades básicas, mas também as condições reais de saúde, conforto, moradia, divertimento a si próprio e a sua família. É o sucesso de cada adolescente e jovem da Assprom que alimenta minhas energias para que, aos 85 anos de idade, possa continuar a discutir e ajudar a vencer as lutas em defesa da população menos favorecida, da democracia e da justiça social.

Agradeço a todas as pessoas que nos honram, à Assprom e a mim, com a presença e as manifestações. Gente, viva o Brasil!

#### **Palavras do Sr. José Edgard Penna Amorim Pereira**

Bom dia a todos e a todas. Muito obrigado pela presença e por estarem prestigiando este momento importantíssimo para a nossa Assprom.

Na pessoa do deputado Ricardo Campos, nosso presidente desta reunião solene e, como dito, egresso da Assprom, peço licença para cumprimentar as demais pessoas e autoridades que compõem não apenas a Mesa, mas o Plenário. Também as minhas saudações iniciais a todos os deputados e deputadas, atuais e ex, que nos prestigiam com a sua presença. Na pessoa da Isabella Gonçalves Felício, nossa adolescente Assprom dos quadros da Assembleia, que representa todos os aprendizes e adolescentes da Assprom nesta oportunidade, saúdo todos vocês que também vieram aqui prestigiar, reconhecendo que esta entidade os acolhe, e os acolhe de maneira carinhosa, responsável e adequada.

Ao longo desses 50 anos, nós temos executado o nosso serviço nos parceiros públicos e privados que confiam no trabalho da Assprom. Como o Tribunal de Justiça de Minas Gerais é, depois da Assembleia, o nosso mais longo parceiro, eu me permito cumprimentar a todos os parceiros públicos e privados na pessoa do desembargador Alberto Vilas Boas, que ora representa o tribunal. Na pessoa do Dr. Carlos Cateb, também homenageado com muita justiça nesta manhã, saúdo os demais diretores atuais e de outrora, os membros do conselho fiscal e os associados da Assprom. Por fim, minha saudação a todo o corpo técnico, administrativo e operacional da nossa entidade, nas pessoas de nossas superintendentes Rosânia Teles e Cristiane Abate.

É uma honra muito grande receber o reconhecimento do povo mineiro, por meio de sua representação parlamentar, pelo trabalho que a Assprom vem realizando em prol do desenvolvimento pessoal e social de cerca de cento e quarenta mil adolescentes e jovens que tiveram e têm tido a oportunidade de ser acolhidos pela entidade, em uma fase de vida cada vez mais difícil e desafiadora, que é a desta geração. A capacitação inicial para o trabalho e o exercício da cidadania se tornam essenciais para o futuro desta juventude.

Como sabemos, no dia 4/12/1975, foi fincada a pedra fundamental para o surgimento dessa entidade, como solução para o problema social com que o governo do Estado se deparou em decorrência da extinção da antiga Guarda Mirim, por problemas insuperáveis na sua gestão. A sensibilidade humanista e o tirocínio de gestor do saudoso então secretário de Estado Dr. Mário Assad – aliás, ex-membro desta Casa Legislativa – levaram à fundação da Assprom, de que S. Exa. o saudoso deputado Mário Assad é presidente de honra. Ali, naquele momento, podemos dizer que surgiu um sonho. Hoje, felizmente, podemos constatar que o sonho se tornou realidade, como reconhecido pela homenagem ora prestada. Talvez os fundadores, naquela época, não pudessem imaginar que a sua iniciativa passaria a ter o alcance que tem.

A Assprom é a entidade que, ao longo dessas cinco décadas, tem executado, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a socioaprendizagem como política pública de assistência social. É interessante notar que, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, da Constituição Estadual de 1989 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, o governo mineiro, Sr. Presidente, em 1984, por meio da Lei nº 8.611 – aprovada por esta Assembleia e sancionada pelo governador Tancredo Neves –, já sinalizava a forma de execução preferencial dessa política social, a saber, a realização de parcerias pelos órgãos e entidades da administração pública estadual com instituições filantrópicas especializadas. A Assembleia e o Tribunal de Justiça, além de outras instituições, já vinham fazendo isso antes mesmo da promulgação dessa lei. Nessa toada, a Assprom vem sendo continuamente chamada a prestar sua colaboração, o que faz por meio de contratos de parceria para desenvolver o programa Adolescente Trabalhador, genuinamente mineiro.

A seriedade, o esmero e a experiência haurida ao longo dessas cinco décadas colocam a Assprom, indubitavelmente, como a instituição de socioaprendizagem em Minas Gerais mais capacitada para atender aos anseios dos destinatários da política pública de assistência social, muitos dos quais estão presentes. Bem por isso, valemo-nos, Sr. Deputado Cristiano, do ensejo para encarecer a todas as autoridades estaduais e municipais e às demais pessoas presentes – muitas das quais ex-adolescentes da entidade, como o nosso presidente – que deem seu testemunho do trabalho que a Assprom desenvolve, como ora faz o Parlamento mineiro, sobretudo nesta quadra, em que o Poder Executivo do Estado tem adotado medidas que, lamentavelmente, não valorizam o histórico dessa parceria cinquentenária e colocam em risco o próprio destino desse público vulnerável que requer ações efetivas do poder público e das entidades de assistência social.

Agora resta-nos exercer o dom maior que conhecemos: a gratidão. Agradecemos a esta Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – a todos os seus membros, muitos dos quais estão presentes e por cuja presença renovo os agradecimentos, e em particular ao deputado Cristiano Silveira, autor dos requerimentos – o reconhecimento, ora manifestado, da importância da Assprom nesses seus 50 anos de existência, o qual decorre também da longa parceria administrativa que as instituições Assprom e Assembleia mantêm. Gratidão a todos os jovens e adolescentes, de hoje e de ontem, razão maior de ser do trabalho dessa entidade filantrópica. Agradecemos aos fundadores e demais associados, de ontem e de hoje também, que, com afinco e dedicação, sempre de forma voluntária e muitas vezes em prejuízo de interesses profissionais e familiares, exerceram a presidência e outros cargos da diretoria e do conselho fiscal, entre os quais se destaca o Dr. Carlos Cateb, há quase 47 anos na instituição, sendo 20 deles como seu presidente.

Podemos dizer, sem receio de errar, que a figura desse maranhense de Codó se confunde, em muitos momentos, com a própria Assprom, motivo que justifica plenamente que, nesta mesma reunião solene, a ele também outorgue esta Assembleia Legislativa a Cidadania Honorária de Minas Gerais. E abro um breve parêntese para reafirmar o que acabei de dizer com referência à fala do homenageado, Dr. Carlos Cateb. Ele não cuidou de – ou, antes, não achou importante – mencionar tantas outras atividades que desenvolveu no Estado de Minas Gerais e que também justificam a concessão da Cidadania Honorária. Ele se limitou a contar – e não é pouco – de muito dos seus 47 anos de dedicação à Assprom, e por isso, nesta oportunidade, tem que ser reconhecido, em nome de todos os ex-diretores, como a nossa referência.

A gestão de uma entidade desse porte, como sabido, não se faz sem o apoio imprescindível do seu quadro de empregados nas áreas técnica, administrativa e operacional. Nesse aspecto também temos histórias incríveis de dedicação e esforço dos colaboradores de ontem e de hoje, sobretudo nos primeiros momentos e nas ocasiões dos maiores desafios. A todos eles e a todos vocês, que aqui estão presentes nessa condição de colaboradores, o nosso preito de gratidão.

Por fim, cabe-nos renovar o compromisso inabalável da Assprom em defesa dos adolescentes e jovens de Minas Gerais, mediante a execução da socioaprendizagem como política pública de assistência social de forma séria, responsável, ética e transparente, como exige e merece o povo mineiro, tão bem representado por esta Casa Parlamentar. Tenho dito.

### **Palavras do Presidente**

Peço licença a este público presente a este dispositivo para fazer daqui a leitura do belo discurso do nosso presidente, que nos honra por nos deixar presidir esta reunião. Posteriormente, com a emoção e com o calor do evento, farei a minha consideração no parlatório.

Palavras do presidente Tadeu Martins. (- Lê:) “Hoje nos reunimos para uma dupla celebração que muito nos honra e nos alegra, porque rende tributo a uma instituição de grande valor e homenageia um dos seus principais benfeitores. A dedicação incansável do nosso agraciado Carlos Augusto de Araújo Cateb à causa da Associação Profissionalizante do Menor – Assprom – é um dos motivos de enorme sucesso dessa valiosa entidade que alcança agora o marco de meio século de existência. A Assprom é muito mais do que um suporte para o jovem ingressar na vida profissional. É uma verdadeira escola para a cidadania, reforçando princípios e valores e proporcionando socialização e amadurecimento para milhares de jovens e adolescentes por sucessivas gerações. Esse benefício se estende às famílias desses jovens e alcança o conjunto da nossa sociedade, fortalecendo as raízes da nossa cultura democrática, solidária e cidadã em todas as regiões do Estado. Não podemos nos esquecer da parceria com as inúmeras empresas e órgãos públicos que confiam na qualidade do trabalho da Assprom, como é o caso deste Parlamento, que emprega centenas de adolescentes vinculados à associação. Administrar uma instituição desse porte e com essa relevância social é uma tarefa muito nobre e também muito desafiadora.

Poucas pessoas dão um testemunho tão pleno da grandeza dessa tarefa quanto o nosso homenageado Carlos Cateb. Com uma longa trajetória de serviços prestados à entidade, tendo exercido sucessivos mandatos como presidente e vice-presidente, Cateb tem na Assprom uma das principais frentes da sua atuação solidária em uma vida intensa de dedicação às causas de cunho social. Nascido na tradicional cidade de Codó, no Estado do Maranhão, foi em Minas Gerais que Carlos desenvolveu a sua brilhante trajetória acadêmica e profissional no campo do direito. Esse eminente jurista, além de uma destacada atuação na advocacia, tem desempenhado funções de grande relevância social e histórica na seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil e tem colaborado com diversas frentes e entidades filantrópicas em toda Minas Gerais.

Sendo assim, como forma de manifestar o reconhecimento e a gratidão do povo mineiro a Carlos Cateb por sua inestimável contribuição para a nossa terra, nossa sociedade, é que lhe concedemos o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais.

Desse modo, parabenizamos o deputado Cristiano Silveira por tamanha iniciativa e formalizamos de pleno direito uma situação, de fato, já longamente consolidada, que são os laços indissolúveis que unem o nosso agraciado a Minas Gerais.

Para concluir, reiteramos, em nome do Parlamento mineiro, nossas felicitações à Assprom pelos seus 50 anos de existência, de parceria com esta Casa, desejando o mais pleno sucesso à entidade, aos seus colaboradores, aos jovens e adolescentes e às suas famílias.

Mais uma vez, cumprimentamos calorosamente o nosso agraciado Carlos Augusto de Araújo Cateb, agora cidadão mineiro. Nesta ocasião solene, manifestamos, mais uma vez, a nossa admiração, o nosso agradecimento pelo firme compromisso com uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna. Muito obrigado”. Essas são as palavras do presidente Tadeu Martins.

Eu peço licença para também manifestar minha tamanha consideração com essa grande instituição. Caro presidente da Assprom, José Edgard Penna Amorim Pereira; caro Dr. Carlos Augusto de Araújo Cateb, grande amigo e agora cidadão mineiro de fato; Exmo. Deputado Cristiano Silveira, amigo e autor do importante requerimento que nos traz a essa homenagem; Exmo. Sr. Desembargador Alberto Villas Boas, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Luiz Carlos Corrêa Júnior; Exmo. Sr. Gilberto Pinto Monteiro Diniz, conselheiro corregedor do Tribunal de Contas de Minas Gerais; Exma. Sra. Giza Magalhães Gaudereto, defensora Pública, representando, neste ato, a defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Dra. Caroline Loureiro; Exmo. Sr. Flávio de Oliveira, procurador-geral do Município de Belo Horizonte, representando o prefeito Álvaro Damião; Exmo. Sr. Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, delegado-geral de Polícia, representando, neste ato, a Polícia Civil de Minas Gerais e o governo do Estado. Na pessoa da Isabella Gonçalves Felício, saúdo cada um e cada uma das jovens trabalhadoras-mirins e trabalhadores-mirins que se fazem presentes neste importante evento.

Quebrando um pouco do protocolo, quero saudar, inicialmente, a nossa grande amiga deputada Ana Paula Siqueira, presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres nesta Casa; os nossos sempre parlamentares, sempre deputados que se fazem presentes: Mário Assad, André Quintão, Carlos Gomes, Carlão Pereira, nosso amigo vereador Pedro Patrus, ex-vereador Arnaldo. Na pessoa de vocês, cumprimento todas as autoridades, todas as lideranças presentes. Num ato tão solene, caro presidente, não poderia deixar de cumprimentar os meus colegas que frequentam esta Casa há mais de 25, 30, 40, creio que até 50 anos, os nossos sempre assprons Hélio Dutra de Freitas, o Jacaré, 43 anos de Assprom; Hélio Guimarães Guerra Júnior; o Nelson José; o Sérgio Henrique, o Serginho; o Adilson Gomes de Assis; o Gilmar Campos, chefe de gabinete do deputado Neilando Pimenta; o John, da Depol, da segurança; o Arnaldo Oliveira, chefe de gabinete do deputado Rogério Correia; o Erivelton Machado, do gabinete da deputada Ione Pinheiro; o Cristiano, meu contemporâneo na Copa da Assembleia; o Luís Fernando; o Leonardo Alencar; o Natanael, chefe de gabinete do deputado João Magalhães; o Jean Carlos, do Teatro; o Guilherme Oliveira, assessor do deputado Charles Santos; o Alexandre Franklin, assessor da deputada Carol Caram; o Renato Alves, assessor do deputado Doutor Jean Freire. Esses são valorosos colaboradores desta instituição, que hoje contribuem com o Parlamento. Assim como o deputado Cristiano Silveira, tenho aqui, à minha frente, a Silvana Nogueira, que foi trabalhadora mirim na câmara municipal e nesta Casa também. Por fim, quero cumprimentar a cada um dos senhores e a cada uma das senhoras que se fazem presentes.

Eu iniciei a minha fala agradecendo imensamente tamanha sensibilidade e grandeza do presidente Tadeu, que me telefonou ontem à noite para me fazer o convite para presidir esta especial solenidade. Quero agradecer ao deputado Cristiano Silveira, grande e valoroso companheiro que defende as políticas para a juventude, que apoia a profissionalização do jovem menor aprendiz, as crianças e tantas outras bandeiras em defesa do cidadão mineiro, por tamanha homenagem à nossa Assprom e ao nosso Dr. Cateb.

Pedindo licença à minha assessoria que escreveu um belo discurso, quero dizer que, para mim, esta homenagem à Assprom e ao Dr. Cateb não é meramente mais uma homenagem que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta a importantes e valorosas instituições de Minas Gerais. Para mim, deputado Cristiano, ela é uma afirmação daquilo que o nosso mandato representa nesta Casa. Por isso, eu quero cumprimentar todos vocês e agradecer por tamanha homenagem.

São cinco décadas de inclusão social, de formação de cidadãos e de transformação de vidas. A trajetória da Assprom ao longo desses 50 anos confunde-se com a trajetória de milhares de jovens que tiveram ali a sua vida transformada com a primeira porta aberta para o mercado de trabalho, para a dignidade e para a esperança de um futuro melhor. Celebrar os 50 anos da Assprom, nesta Assembleia Legislativa de Minas Gerais, é reconhecer uma história construída com responsabilidade social, compromisso e, acima de tudo, confiança na juventude. São milhares de vidas que se transformaram ao longo dos anos e são transformadas diariamente por meio da educação, da aprendizagem e da oportunidade do primeiro emprego.

A Assprom acreditou e acredita nos seus jovens e segue cumprindo esse papel fundamental na construção de futuros e na ampliação de oportunidades. Para mim, esta homenagem tem um significado mais que especial. Raramente as pessoas me veem

emocionar em um discurso, porque a vida de quem saiu de uma cidade do Norte de Minas, da minha amada São João da Ponte, com 14 anos de idade, para vir enfrentar a realidade de uma capital, com mais 5 irmãos e uma mãe sacoleira e vendedora de queijo... Muitas vezes, o alimento que tínhamos em casa era a cesta básica ofertada pela Assprom aos seus naquele período.

Esta homenagem tem um significado especial. Um dia eu fui menor aprendiz e sei exatamente o valor da oportunidade que cada jovem tem no momento inicial de sua trajetória profissional. Ali também pudemos aprender o valor da aprendizagem, da educação e da formação. Eu sou um produto do meio. Tive a oportunidade de estudar na melhor escola de inglês: Luziana Lanna, bem como na melhor escola de informática, que foi a Assprom com os seus parceiros conveniados à época. Além disso, formei-me nas áreas de atendimento e recepção, como cumim e com várias ações e profissões valorosas que a Assprom oportuniza aos seus jovens, que, aos 18 anos, buscam ingressar o mercado de trabalho. Aqui, nesta Casa, a partir do meu partido – o Partido dos Trabalhadores –, após completar a minha trajetória valorosa na Assprom com 18 anos, tive a oportunidade também de estagiar e de me tornar assessor parlamentar, chefe de gabinete, diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, diretor da Copasa, bem como de vir a disputar uma pré-candidatura e uma candidatura a deputado estadual e poder estar dando hoje o testemunho do que a Assprom faz na vida do jovem que acredita que os seus sonhos só dependem de si mesmo.

Então, quero agradecer à Assprom por toda a oportunidade a mim concedida, à Assembleia Legislativa por toda a oportunidade dada à Assprom, a todos os parceiros, às mais de 232 empresas e aos órgãos públicos que dão oportunidade a esses jovens para que possam acreditar que é possível um estado e um país cada vez melhor. Por isso tenho comigo não apenas o orgulho de ter feito parte dessa trajetória, mas também a responsabilidade de apoiar instituições sérias e comprometidas como a Assprom, além de incentivar, cada vez mais, a inclusão da juventude no mercado de trabalho. Que possamos seguir juntos, fortalecendo políticas públicas, iniciativas e projetos que garantam mais oportunidades aos nossos jovens, especialmente àqueles que mais precisam. Viva a Assprom! Vivam os nossos trabalhadores mirins! Viva o povo de Minas Gerais!

A locutora – Após o encerramento regimental, ouviremos a apresentação musical do grupo de câmara da Orquestra Jovem do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que apresentará as seguintes músicas: *Seio de Minas*, de Paula Fernandes; e *Maria, Maria*, de Milton Nascimento e Fernando Brant.

### **Encerramento**

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a reunião ordinária de terça-feira, dia 26, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

## **ORDENS DO DIA**

### **ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 26/5/2026, ÀS 14 HORAS**

#### **1ª Parte**

##### **1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### **2ª Fase (Grande Expediente)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 4.660/2023, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas e projetos de economia popular solidária realizados nos últimos quatro anos, com a especificação dos recursos aplicados; e sejam essas informações também encaminhadas à secretaria-executiva do Fórum Mineiro de Economia Solidária. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 7.027/2024, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o quantitativo de barragens no Estado que estão em conformidade com a Resolução ANM nº 95, de 2022, com a discriminação da projeção da capacidade máxima para o recebimento de águas de chuvas, em milímetros por hora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 8.745/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o quantitativo de crianças e adolescentes órfãos integrantes do sistema estadual de ensino; sobre a existência de estudos de impacto da situação de orfandade no processo de escolarização desses alunos no Estado; e sobre iniciativas desenvolvidas pela secretaria de que é titular para o suporte a esses estudantes e suas famílias. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.175/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os conselhos municipais do idoso, esclarecendo-se qual é o número de municípios no Estado que já instituíram esse conselho e quais deles possuem fundo municipal do idoso. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 9.176/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o volume de recursos oriundos de emendas parlamentares estaduais destinados, nos últimos cinco anos, às instituições de longa permanência para idosos, detalhando-se os valores destinados por transferências especiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.178/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de instituições de longa permanência para idosos em funcionamento no Estado e o número de pessoas idosas atendidas nessas instituições, categorizadas por gênero. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.180/2024, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a quantidade de associações de pais e amigos dos excepcionais no Estado que são habilitadas como serviço de saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.241/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o investimento destinado ao fomento da prática do *breaking*, ou *breakdance*, no Estado, e o número de atletas mineiros que participaram, ou buscaram participar e não conseguiram, das Olimpíadas de 2024, em Paris, que inauguraram essa modalidade olímpica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.282/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado aos coordenadores do Comitê de Compromitentes do Acordo Judicial de Reparação de Brumadinho pedido de informações sobre o referido acordo, com os esclarecimentos que especifica, relativos aos fundamentos de cláusulas, aos critérios de seleção e priorização de projetos, às comunidades consultadas, à divulgação pública, à execução das obras e à distribuição territorial dos investimentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 12.036/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações de pós-resgate executadas em decorrência do resgate de oito trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão, ocorrido em maio de 2025, durante operação realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em uma fazenda de eucaliptos e carvoaria localizada no Município de São Gonçalo do Rio Preto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.337/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações consubstanciadas em documento que detalhe os recursos investidos pelo Estado, em seus vários órgãos e programas, visando à educação para o trânsito. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.669/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas no parecer técnico emitido pela secretaria de que é titular a respeito da estrutura da Escola Estadual Francisco Fernandes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.386/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações consubstanciadas na análise do Projeto de Lei nº 2.080/2024, que cria o Monumento Natural da Serra do Lenheiro, apresentada por Luis Gustavo Molinari Mundim, representante do Iepha-MG, durante audiência pública da comissão em 10/7/2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.387/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações consubstanciadas na nota técnica elaborada pelo IEF na análise do Projeto de Lei nº 2.080/2024, que cria o Monumento Natural da Serra do Lenheiro. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.395/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de informações consubstanciadas na análise técnica do Projeto de Lei nº 3.402/2025, em especial quanto aos aspectos concernentes aos potenciais impactos ambientais que os minerodutos podem provocar na região a que se refere a proposição. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.467/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral e ao corregedor-geral da Polícia Militar pedido de informações consubstanciadas em documento em que conste o número de petições com pedidos de arquivamento de inquérito policial militar feitos pela Corregedoria-Geral da Polícia Militar à Justiça Militar, no período de 24/8/2023 a 24/8/2025, destacando-se as petições em questão que envolvam praça ou oficial. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 13.966/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o montante disponível, para a pasta de que é titular, dos recursos da Lei Aldir Blanc destinados à consecução dos objetivos previstos no inciso II do parágrafo único do art. 5º da Lei Federal nº 14.399, de

2022, e sobre o percentual desse montante já executado pela referida pasta. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.199/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a situação do concurso público regido pelo Edital Seplag-IMA nº 1/2023, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.235/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o quantitativo de servidores previsto em regulamento e o efetivo atualmente existente nas delegacias distritais, nas delegacias especializadas de atendimento à mulher, nas delegacias especializadas de repressão a crimes rurais e no plantão digital das unidades policiais, bem como sobre o quantitativo de servidores civis *ad hoc* em atuação nas delegacias do Estado, detalhado por município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 14.250/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o número de alunos com deficiência, em especial com transtorno do espectro autista – TEA –, matriculados na rede estadual de ensino nos últimos cinco anos; as medidas de fiscalização e acompanhamento que a secretaria de que é titular tem adotado em relação às escolas particulares que recusam matrícula a estudantes com deficiência; e os programas, as políticas ou os protocolos de apoio à inclusão escolar de crianças com TEA. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.254/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao presidente do Conselho Estadual de Educação pedido de informações sobre as questões que especifica, relativas à garantia do acesso e da permanência de crianças com transtorno do espectro autista na educação básica no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.625/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a existência de campanhas educativas, em andamento ou programadas, destinadas à conscientização da população idosa quanto a práticas de segurança para evitar golpes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 14.629/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a rede de atendimento psicológico disponível para idosos no Estado e o número de profissionais especializados em gerontologia e saúde mental do idoso no Sistema Único de Saúde em âmbito estadual. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 14.631/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de ocorrências registradas, nos últimos cinco anos, relativas a fraudes, golpes financeiros e crimes de estelionato cujas vítimas foram pessoas idosas, bem como sobre as medidas específicas adotadas para prevenção, investigação e repressão desses crimes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 15.169/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre as políticas de preservação do patrimônio histórico e os mecanismos de fomento e incentivo com vistas à sustentabilidade dos museus que o Poder Executivo pretende apresentar à sociedade mineira, principalmente em relação ao Museu da Escola Professora Ana Maria Casasanta Peixoto, com os esclarecimentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 15.995/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação de ausência de iluminação pública no trecho da Rodovia MG-050 no Município de Divinópolis e sobre as razões da paralisação das obras na mesma rodovia, no Município de Formiga, com a apresentação dos planos para a solução dos referidos problemas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.230/2026, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os serviços de neurocirurgia em funcionamento no Sistema Único de Saúde no Estado, com os detalhes que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.261/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os impactos socioambientais e as causas dos rompimentos recentemente ocorridos em estruturas de empreendimentos da Vale S.A. e da CSN Mineração, bem como sobre a conformidade das estruturas desses empreendimentos com as normas ambientais e minerárias e com o termo de ajustamento de conduta. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.443/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca de denúncia de possível rompimento de *sump* ou estrutura similar da mineradora Gerdau, ocorrido em 5/2/2026, na Mina de Miguel Burnier, em Ouro Preto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 16.485/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça pedido de informações sobre o cumprimento de decisões judiciais que impuseram medidas à empresa Vale S.A. em razão de extravasamentos de água e sedimentos ocorridos nas Minas de Viga e de Fábrica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 16.796/2026, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação no período de 2019 a 2024, com os esclarecimentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

### 2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

### 3ª Fase

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 26/5/2026**

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.458/2026, da deputada Lohanna.

No 1º turno: Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2025, da deputada Beatriz Cerqueira e outros; Projetos de Lei nºs 73/2019, do deputado Charles Santos; 154/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 319/2023, do deputado Doorgal Andrada; 654/2023,

do deputado Lucas Lasmar; 790/2023, da deputada Nayara Rocha; 2.197/2024, do deputado Lucas Lasmar; 2.369/2024, da deputada Alê Portela; 2.736/2024, do deputado Charles Santos; 2.892/2024, do deputado Ricardo Campos; 3.600/2025, da deputada Carol Caram; 4.290/2025, do deputado Grego da Fundação; 4.451/2025, dos deputados Carlos Henrique e Professor Cleiton; 4.543/2025, do deputado Thiago Cota; 4.614/2025, do deputado Bruno Engler; 4.743/2025, do deputado Doutor Wilson Batista; 4.942 e 4.964/2025, do deputado Rafael Martins; 5.079/2026, da deputada Amanda Teixeira Dias; 5.146/2026, do deputado Leonídio Bouças; 5.172/2026, do deputado Cassio Soares; 5.174/2026, do deputado Roberto Andrade; 5.193/2026, do deputado Bruno Engler; 5.220/2026, da deputada Ana Paula Siqueira; 5.269/2026, da deputada Delegada Sheila; 5.342/2026, da deputada Leninha; 5.386/2026, do deputado Duarte Bechir; 5.391/2026, do deputado Leonídio Bouças; 5.473/2026, do deputado Ricardo Campos; 5.491/2026, do deputado Carlos Henrique; e 5.654/2026, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.245/2026, do deputado Lincoln Drumond; 5.258/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier; 5.270/2026, do deputado Gil Pereira; 5.296/2026, do deputado Cristiano Silveira; 5.298/2026, do deputado Betão; 5.333/2026, do deputado Leleco Pimentel; 5.425/2026, do deputado Neilando Pimenta; 5.444/2026, da deputada Maria Clara Marra; 5.466/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 5.542/2026, do deputado Eduardo Azevedo.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 26/5/2026**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.503/2023, do deputado Celinho Sintrocel, e 3.506/2025, do deputado Lucas Lasmar.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.184/2024, do deputado Cristiano Silveira.

Requerimento nº 17.858/2026, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E DA REFORMA URBANA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 26/5/2026**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 26/5/2026**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.913/2022, do deputado Charles Santos; 354/2023, do deputado Doutor Jean Freire; 2.352/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; 2.570/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier; 3.197/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; 3.469/2025, do deputado Rodrigo Lopes; 3.640/2025, do deputado Duarte Bechir; e 4.336/2025, do deputado Grego da Fundação.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 106/2026, da Defensoria Pública; Projetos de Lei nºs 4.137/2025, do deputado Gil Pereira; 1.238/2023, do deputado Arlen Santiago; 1.797/2023, do deputado Lucas Lasmar; 2.778/2024, do deputado Eduardo Azevedo; 3.137/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; 4.496/2025, do deputado Arlen Santiago; e 5.155/2026, do deputado Raul Belém.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 16.978/2026, da Comissão de Participação Popular; e 17.763/2026, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 26/5/2026****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 85/2025, da deputada Lohanna e outras; Projeto de Lei nº 2.500/2021, da deputada Andréia de Jesus e outras.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.504/2024, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira; 3.476/2025, da deputada Carol Caram.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.173/2025, da deputada Maria Clara Marra; 4.650/2025, da deputada Ana Paula Siqueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 16.763/2026, da deputada Andréia de Jesus; e 16.953/2026, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/5/2026****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.119/2020, do deputado Coronel Henrique; e 4.515/2025, do deputado Sargento Rodrigues.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.572/2024, da deputada Nayara Rocha.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.536/2021, da deputada Ana Paula Siqueira; 4.596/2025, do deputado Leleco Pimentel; 4.814/2025, do deputado Leonídio Bouças; 4.933/2025, do deputado Cassio Soares; e 5.383/2026, do deputado Elismar Prado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/5/2026**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 731/2023, da deputada Ana Paula Siqueira; e 4.492/2025, do deputado Rodrigo Lopes.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.945/2021, do deputado Doutor Jean Freire; 1.085/2023, da deputada Alê Portela; 3.788/2025, da deputada Carol Caram; e 4.027/2025, do deputado Adriano Alvarenga.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.003/2023, da deputada Lohanna; e 2.896/2024, do deputado Lucas Lasmar.

Requerimentos nºs 17.533/2026, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e 17.547/2026, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/5/2026**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.470/2025, do deputado Charles Santos; 2.265/2024, do deputado Doutor Jean Freire; 4.069/2025, do deputado Doorgal Andrada; e 5.180/2026, do deputado Roberto Andrade.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.370/2025, do deputado Tadeu Leite.

Requerimento nº 17.634/2026, do deputado Leonídio Bouças.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/5/2026****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.470/2024, da deputada Alê Portela; 4.452/2025, do deputado Ricardo Campos; 4.571/2025, do deputado Bosco; e 5.340/2026, da deputada Maria Clara Marra.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.477/2026, do deputado Tadeu Leite.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/5/2026****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 5.305/2026, do deputado Carlos Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 17.377 e 17.378/2026, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; 17.546/2026, do deputado Ulysses Gomes; 17.548/2026, do deputado Coronel Henrique; 17.560/2026, da deputada Andréia de Jesus; 17.750/2026, da deputada Ana Paula Siqueira; e 17.860/2026, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/5/2026****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.077/2019, do deputado Dalmo Ribeiro; 1.117/2023, do deputado Leleco Pimentel; 1.947/2024, do deputado Rodrigo Lopes; 3.238/2025, do deputado Antonio Carlos Arantes; 3.780/2025, do deputado Coronel Henrique; 3.921/2025, da deputada Lud Falcão; 4.294/2025, do deputado Luizinho; 4.567/2025, do deputado Ulysses Gomes; 4.575/2025, do deputado Leandro Genaro; 4.604/2025, do deputado Zé Laviola; e 4.664/2025, da deputada Ana Paula Siqueira.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.264 e 4.426/2025, do deputado Lucas Lasmar; 3.513 e 4.009/2025, da deputada Andréia de Jesus; 4.091/2025, da deputada Lohanna; 4.431/2025, do deputado Bosco; 4.564/2025, do deputado Adriano Alvarenga;

4.648/2025, da deputada Ana Paula Siqueira; 4.711/2025, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Mauro Tramonte; 4.926/2025, da deputada Bella Gonçalves; e 4.984/2025, do deputado Professor Cleiton.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.052/2022, do deputado Cassio Soares.

Requerimentos nºs 17.568/2026, da deputada Andréia de Jesus; e 17.829, 17.830, e 17.832 a 17.836/2026, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Amanda Teixeira Dias e os deputados Betão e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 26/5/2026, às 10 e às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 17.439, 17.506, 17.520, 17.523 e 17.555/2026, da deputada Andréia de Jesus, 17.525/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, e 17.848/2026, da Comissão de Cultura, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2026.

Bella Gonçalves, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Marquinho Lemos, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2026, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a soberania e a segurança alimentar, o acesso à água para consumo humano e para a produção de alimentos no Semiárido Mineiro, considerando os desafios climáticos, sociais e econômicos da região e a necessidade de políticas públicas estruturantes orientadas pelo combate à desertificação, pela convivência com a seca e pela justiça climática.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2026.

Ricardo Campos, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Zé Laviola, Betinho Pinto Coelho e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2026, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2026.

Mauro Tramonte, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Carol Caram e os deputados Charles Santos, Eduardo Azevedo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2026, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater, em audiência pública, os impactos sobre os moradores, consumidores e contribuintes da concessão ao Consórcio Rota da Liberdade de trechos das Rodovias BR-356, MG-329 e MG-262, que ligam Belo Horizonte a Rio Casca.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2026.

Adriano Alvarenga, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados João Magalhães e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2026, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos socioambientais e o arrendamento de ativos da Mina da Jangada, em Brumadinho, da Vale S.A.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2026.

Tito Torres, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.896/2024****Comissão de Desenvolvimento Econômico****Relatório**

De autoria do deputado Lucas Lasmar, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Instância de Governança Regional de Turismo e Cultura Guimarães Rosa, com sede no Município de Curvelo.

Foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Desenvolvimento Econômico. Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Vem agora a matéria a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico para que delibere conclusivamente sobre ela, nos termos do art. 102, XIII, “d”, combinado com o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O projeto em análise tem por objetivo declarar de utilidade pública a Instância de Governança Regional de Turismo e Cultura Guimarães Rosa. Em sua justificção, o autor argumenta que o projeto visa reconhecer a importância da entidade para o turismo e a cultura na região. Segundo ele, a instituição tem desempenhado um papel fundamental para a valorização do patrimônio cultural, natural e histórico da região, rica em atrativos turísticos e culturais.

Em análise prévia, a Comissão de Constituição e Justiça lembrou que os requisitos para declaração de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998. A comissão procedeu ao exame da documentação apresentada com o projeto e entendeu estarem supridas as exigências estabelecidas na citada norma, quais sejam, que a entidade seja dotada de personalidade

jurídica, funcione há mais de um ano e que sua diretoria seja formada por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Dessa maneira concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, em sua forma original.

No que é próprio desta comissão, cabe destacar a importância das Instâncias de Governança Regional – IGRs. As IGRs sucederam os circuitos turísticos na estrutura de governança da política pública de turismo em Minas Gerais. São instituições sem fins lucrativos, compostas de municípios de uma mesma região com afinidades culturais, sociais e econômicas, que se unem para apoiar o desenvolvimento do turismo local e regional. O pertencimento a uma IGR certificada permite aos municípios uma maior participação na política pública do setor, além de ser um dos critérios para recebimento de repasses de ICMS.

Os critérios para certificação das IGRs estão dispostos no Decreto nº 48.804, de 2024. A Instância de Governança Regional de Turismo e Cultura Guimarães Rosa foi certificada conforme publicação do *Diário do Executivo* de 13/1/2024. Além disso, integra a Federação das Instâncias de Governança Regional do Turismo – Fecitur –, que é a entidade representativa das IGRs. Julgamos assim pertinentes os argumentos do autor sobre a relevância da entidade para o desenvolvimento do turismo em sua região de atuação. Assim, diante do reconhecimento oficial conferido pela certificação da entidade por parte do Poder Executivo, bem como do atendimento às exigências legais necessárias, é adequado que a matéria seja aprovada.

#### **Conclusão**

Pelo apresentado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.896/2024, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2026.

Leonídio Bouças, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.221/2026**

#### **Comissão de Direitos Humanos**

#### **Relatório**

De autoria da deputada Ana Paula Siqueira, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Instituto de Pesquisa e Intervenção em Projetos de Gênero – CDP –, com sede no Município de Belo Horizonte, tendo sido distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos, para receber parecer.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 5.221/2026 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto de Pesquisa e Intervenção em Projetos de Gênero – CDP –, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública: a entidade comprovou que tem personalidade jurídica, que está em funcionamento há mais de um ano, que os cargos de sua direção não são remunerados e que seus diretores são pessoas idôneas.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, o instituto tem por finalidade, entre outras: promover palestras, formações e consultorias nas áreas de direitos humanos, cidadania, educação, saúde e segurança, na perspectiva das relações de gênero, raça e classe social; contribuir para a redução dos índices de violência contra a mulher, por meio da realização de grupos reflexivos e intervenções com homens autores de violência; e fomentar novas formas de resolução de conflitos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Intervenção em Projetos de Gênero – CDP –, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.221/2026, em turno único, na forma originalmente apresentada.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2026.

Andréia de Jesus, relatora.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 25/5/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Jorge Luiz Lisboa Neto, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Luiz Alberto da Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas em Frente, vice-líder deputado Rodrigo Lopes;

nomeando Matheus Dias Nascimento Silva, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Guilherme.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **Pregão Eletrônico**

#### **Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 236/2025**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público o adiamento, para o dia 12/6/2026, às 14 horas, da sessão pública do pregão eletrônico previsto no edital do processo em epígrafe, destinado à seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de sociedade empresária para prestação de serviços de porteiros e supervisores, em razão de alterações no edital.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 25 de maio de 2026.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

### **AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE**

#### **Processo SPG nº 19.465/2026**

Assunto: Auxílio-educação. Servidora: Julia de Oliveira Santos Abras, Matrícula nº 27.346/5. Decisão: aplicação da suspensão do auxílio-educação pelo prazo de um ano, a contar de 1º/8/2025, nos termos dos arts. 14, I, e 25, II, da Deliberação da Mesa nº 2.868, de 14/7/2025.

**Processo SPG nº 19.466/2026**

Assunto: Auxílio-educação. Servidor: Daniel Junio Teixeira, Matrícula nº 26.103/3. Decisão: aplicação da suspensão do auxílio-educação pelo prazo de um ano, a contar de 1º/8/2025, nos termos dos arts. 14, I, e 25, II, da Deliberação da Mesa nº 2.868, de 14/7/2025.

**ASSEMBLEIA CULTURAL****PROJETO SEGUNDA MUSICAL****RECURSOS RECEBIDOS E ABERTURA DE PRAZO PARA CONTRARRAZÕES**

A comissão organizadora do Edital de Chamamento Público nº 4/2026, instituída pela Portaria DGE nº 60/2025, divulga a relação dos candidatos que apresentaram recurso no âmbito deste processo seletivo.

**1 – Recursos**

Recursos apresentados tempestivamente e recebidos pela comissão organizadora.

Nº	Candidato		Instrumento	Nota	Classificação
1	122678	Júlia Knak da Silva e Rodrigo Santana de Souza	Violino e viola	49,8	22º
2	123351	Vinicius Gomes Reis e Gabriela Campolina Andrade	Violoncelo e piano	49,9	21º

Conforme previsto no item 9.6 do edital, os interessados em apresentar contrarrrazões aos recursos apresentados deverão fazê-lo entre os dias 27/5 e 28/5/2026, prazo correspondente a dois dias úteis.

As regras referentes à apresentação de contrarrrazões estão dispostas nos itens 9.6 a 9.8.

Os interessados poderão consultar o inteiro teor dos recursos interpostos na página do Programa Assembleia Cultural, no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ([almg.gov.br/selecaocultural](http://almg.gov.br/selecaocultural)), na seção destinada ao Projeto Segunda Musical.

A classificação final das propostas, incluindo o resultado da análise dos recursos e contrarrrazões, será publicada no *Diário do Legislativo* e na página do Programa Assembleia Cultural, observando-se o prazo disposto no item 9.12 do edital.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2026.

Comissão Organizadora – Projeto Segunda Musical.